

O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus

Luís RAPOSO
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA; ICOM

Resumo

Assinalam-se as dinâmicas diferentes dos domínios da arqueologia, do património arquitetónico e dos museus no “antes” e no “depois” de Abril de 1974. Em relação aos museus acompanha-se a situação do associativismo profissional e cívico, através da análise do processo de criação e do desenvolvimento subsequente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (CNP do ICOM ou ICOM Portugal). Reconhece-se um percurso que leva do elitismo e da governamentalização, próprios do período da Ditadura, à abertura sócio-profissional e ao envolvimento comunitário, próprios da Democracia. Defende-se a tese de que a acção popular em geral, e o movimento associativo em particular, constituem um dos principais pilares do Regime Constitucional português, na configuração particular emergente da Revolução de 1974.

Palavras-chave: Associações; Museus; Arqueologia; Património

Abstract

The different dynamics of archeology, the architectural heritage and museums in the “before” and “after” April 1974 are referred. Regarding museums, the situation of professional and civic associations is observed, through the analysis of the creation process and the subsequent development of the Portuguese Association of Museology (APOM) and the Portuguese National Committee of the International Council of Museums (CNP of ICOM or ICOM Portugal). It is recognized a trail conducting from the elitism and governmentalisation, connected to the period of the Dictatorship, to the socio-professional opening and community involvement, related to Democracy. It is stayed the thesis that popular action in general, and the associative movement in particular, constitutes a key pillar of the Portuguese Constitutional Regime in the particular configuration emerging from the Revolution of 1974.

Keywords: Associations; Museums; Archaeology; Heritage

Chamámos a atenção noutro texto para as diferentes dinâmicas que os domínios do que se tem convencionado chamar por “património cultural” possuíam à data de 25 de Abril de 1974 (RAPOSO, 2014). Procuraremos neste texto aprofundar a situação do associativismo dos museus no “antes” e no “depois” de 1974, para assim melhor verificar o impacte que nele tiveram as transformações da sociedade portuguesa no início do último quartel do século passado.

Importa, no entanto, começar por colocar o universo dos museus – os seus públicos, os seus amigos, os seus profissionais, as suas hierarquias – em contexto social mais amplo, o único que pode verdadeiramente dar conta do carácter revolucionário desse “dia inicial inteiro e limpo” (segundo a celebrada expressão de Sophia de Mello Breyner Andresen) que a vida nos deu a felicidade termos vivido. Durante décadas, a sociedade portuguesa, analfabeta em elevado grau, viveu sob o signo do “parece bem” ou “parece mal”, num provincianismo de costumes e mentalidades que favorecia a postura do “manda quem pode, obedece quem deve”. Existia um fosso imenso entre um “povo” que, no seu alheamento secular, sábio, irónico, sarcástico até, exprimia no fundo modos de vida essencialmente conformistas (segundo os traços que Rafael Bordalo Pinheiro bem documenta no seu “Zé Povinho”), e uma “elite aristocrática”, cuja riqueza derivava muito mais ainda de raízes familiares terratenentes ou do domínio das fileiras das matérias-primas e manufacturas tradicionais do que de verdadeiro investimento capitalista. Com o atraso resultante da resistência salazarista às transformações induzidas pelo pós-guerra (de que é bom exemplo a recusa inicial em aceitar financiamentos no âmbito do Plano Marshall), a verdade é que o quadro intencionalmente rural e subdesenvolvimentista acima referido foi sendo modificado na segunda metade do século XX e uma nova classe média começou a emergir nos centros urbanos ou na sua periferia, sendo dela que tiveram origem, em elevada percentagem, os diversos processos de democratização que levaram do “baby boom” dos anos de 1950 ao “sejamos realistas, exijamos o impossível” do final dos anos de 1960. Com o emergir da guerra nas colónias e a inerente necessidade de mobilização acrescida, essa nova classe média, incentivadora da promoção social através do estudo, deu origem a que liceais e universitários se tivessem tornado em milicianos, sargentos e oficiais, do que resultou um novo exército e com ele um novo espírito transformador.

O panorama social indicado constitui o substrato profundo em que assenta a Revolução de 1974. Na área do património cultural – expressão que, ela mesma, constitui sintoma da alteração em curso, posto que surge somente pela primeira vez, com dignidade oficial, na designação de uma “Divisão do Património Cultural”, criada em 1973 no interior da orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (Decreto Lei nº 582/73, de 5 de Novembro), sendo certo que os conceitos prevaletentes eram então ainda os da ideologia do Estado Novo, cristalizados em termos e expressões como “património artístico da nação”, “monumentos pátrios” ou “folclore” – o quadro instaurado em 1974 revela-se desde logo no conteúdo da primeira Constituição Democrática, de 1976, onde se estabelecem os princípios que alicerçam o novo Regime, dos quais cumpre salientar os seguintes: (a) a cultura e o património cultural como direito dos cidadãos e dever do Estado: “Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares... Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a

garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico” (Artº 66º); “Todos têm direito à educação e à cultura... O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados” (Artº 73º); “O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.” (Artº 78º); e (b) o papel das associações (conforme supracitado) e dos cidadãos em geral, reforçado através do “direito de acção popular” (Artº 49.º).

Estes preceitos constitucionais vieram a enformar a primeira Lei de Bases do Património Cultural Português, de 1985 (Lei nº 13/85, de 6 de Julho), onde se salienta o papel das ADP's: “As associações de defesa do património, adiante designadas por ‘ADP’, são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural; As ADP têm direito a pronunciar-se junto do IPPC, dos órgãos da administração autárquica, bem como das entidades cuja acção se situe na defesa do património cultural, sobre tudo quanto a este respeite; As ADP terão assento no concelho [sic] consultivo do IPPC, sendo o seu representante designado segundo os próprios critérios das associações e só por elas poderá ser removido ou substituído” (Artº 6º). Reconhece-se aí também, explicitamente, o “direito de acção popular” neste domínio: “Qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural” (Artº 59º). Este princípio da “acção popular” viria a ser regulamentado mais tarde, em 1995, através de lei parlamentar que no Artº 1º estabelece a sua aplicação ao património cultural e no Artº 2º refere o papel privilegiado do Movimento Associativo (Lei nº 83/95, de 31 de Agosto).

Como se verifica, o associativismo em geral e em particular o associativismo patrimonial encontra-se na matriz do Regime Democrático português. Na arqueologia, a condição tradicional de “mal-amada” de todos os *establishments*, potenciou o imediato envolvimento no novo quadro, de tal modo que três meses depois de Abril, em 29 de Junho de 1974, tinha lugar no Ateneu Comercial de Lisboa um “plenário de arqueólogos” épico, com cerca de centena e meia de participantes, onde se esgrimiram argumentos os mais díspares, centrados quase todos no combate ao “sistema de grupos” ou de “capelinhas” (ligadas em grande medida a instituições públicas, nomeadamente universitárias, que se guerreavam entre si, por vezes de forma bem visível) e aos “organismos oficiais, que tal como todo o aparelho de Estado Fascista de que faziam parte, eram cúpulas perfeitamente desligadas da base”. Pretendia-se “assegurar uma verdadeira democratização da Arqueologia”, o que passaria pela criação de um Serviço Nacional de Arqueologia (“à semelhança do Serviço Nacional de Saúde, agora reformulado”), um organismo “eleito e controlado pelo Plenário dos Trabalhadores de Arqueologia”. Sendo certo que quase nenhuma das propostas iniciais deste Plenário viria a ser adoptada, o ímpeto transformador e a força da participação associativa foram tais que tanto ao nível de organismos de consulta como no plano da estrutura do aparelho de Estado se pode dizer que a área da arqueologia foi até à década de 1980 a mais inovadora e porventura também a mais democrática (cf. RAPOSO, 1993 e 1995).

Na arquitectura principalmente (embora em certos casos também noutras ou até em todos os restantes campos patrimoniais) desenvolveu-se o poderoso movimento das Associações de Defesa do Património, vulgo ADP's (CANAVARRO, 2003), que chegaram a ser mais de duas centenas. Os primeiros grandes atentados ao património arquitectónico do pós-25 de Abril, como a destruição da igreja românica de Joane, ocorrida em Março de 1978, reforçaram muitíssimo este movimento popular e mobilizaram-no para plataformas de organização mais elevadas. Em Alcobaça (cidade onde 1975 fora fundada a primeira ADP do pós-1974), teve lugar entre 24 a 29 de Maio, dois meses passados do escândalo de Joane, um *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, onde foi criado um “Grupo de Trabalho Inter-Associações” que organizou depois um 1º Encontro das Associações de Defesa do Património, em Janeiro de 1980, na cidade de Santarém. “As conclusões deste encontro constituem um manifesto de ruptura em relação ao passado e proposição de uma agenda dirigida à administração central e local, às entidades corporativas e organismos públicos, à sociedade e à economia do património” (CUSTÓDIO e RASQUILHO, 2010). Foi no seguimento do Encontro de Santarém que a já então criada Secretaria de Estado da Cultura “despertou” e patrocinou a criação de uma “Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património”, assente em grande medida no movimento das ADP's (*idem, ibidem*).

Deste brevíssimo enunciado resultam duas ideias que nos parecem de reter. Primeiramente, a constatação de que no rescaldo imediato da Revolução de Abril de 1974, o movimento popular se dirige muito mais para o campo do património cultural do que para o do património natural, que viria depois a ganhar grande pujança e mesmo ser sobrelevante, embora a matriz inicial indicada tenha feito que numerosas associações mantivessem, e mantenham ainda hoje, actividade em ambos os sectores (v. CANINAS, 2010); de toda a evidência, em tempos de revolução e fervor patriótico, os valores da memória são aqueles em que melhor se estribam as bases de qualquer refundação do contrato social. Seguidamente, assinala-se o atraso do Estado em sentido amplo (aparelho central, mas também estruturas académicas, corporativas e municipais) em adaptar-se aos “novos tempos”, especialmente naquilo que eles tinham de centralidade do movimento popular, nomeadamente associativo.

Este último aspecto encontra-se bem patente, no domínio do património arquitectónico, pela história da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). Importa reter que o ICOMOS foi criado apenas em 1965, em Varsóvia, surgindo por emancipação a partir do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), criado este em 1947. Todavia, contrariamente ao ICOM, que sempre se considerou a si próprio como uma “organização não-governamental” (constituindo o pilar da chamada “sociedade civil” dentro do sistema da UNESCO, que por sua vez possui em paralelo o pilar dos representantes governamentais), o ICOMOS, dependendo dos países e das circunstâncias, aceitou na origem, e manteve durante muito tempo (como, de resto, o fez em certa medida o ICOM), alguma ambiguidade quanto a esta matéria, permitindo que as comissões nacionais pudessem ser muito mais institucionais e de nomeação governamental do que eleitas pelos profissionais. Compreende-se que assim fosse pela circunstância de a quase totalidade dos profissionais e das instituições potencialmente integrantes do

ICOMOS serem, naquela altura (e ainda hoje em muitos países), agentes e serviços do aparelho central das administrações públicas, mais coarctados nas suas liberdades técnicas e cívicas, e não possuindo monumentos e sítios autonomia de gestão e *intelligentzia* própria. Não admira, pois, que para a criação da Comissão Nacional Portuguesa fosse formalmente convidada pelo ICOMOS internacional a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (CORREIA, 2007). Com o tempo, esta representação orgânica acentuou-se a tal ponto que só muito tarde, na realidade apenas na primeira metade de 1980, houve lugar à “refundação” democrática do ICOMOS PT. E ainda aqui dentro de limites e condições algo tuteladas, já que o ímpeto para a mudança decorreu sobretudo do rearranjo do aparelho de Estado, com a criação em 1980 do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), no interior de uma área da Cultura em crescendo – processo não isento de tensões disciplinares e sociológicas, promotoras de lutas mais ou menos surdas e de movimentações destinadas a alterar correlações de forças e aumentar influências (haja em vista que os membros individuais do ICOMOS PT eram somente 18, em 1980, e já eram 47, em 1982) (CORREIA, 2007).

A situação dos museus no “antes” e no “depois” de 1974, quer a associativa, de que nos ocupamos neste texto, quer a institucional (aparelho de Estado), foi bem diversa de qualquer dos dois campos acima indicados. Sem querermos ser demasiado redutores, e chamando a atenção para a vasta bibliografia que haveria de compulsar (cf. GUEDES, 1988), ousamos dizer que os museus eram, em geral, mais elitistas e os seus (poucos) profissionais, muito menos militantes e interventores do que os da arqueologia ou até da arquitectura e património artístico, na vertente do movimento das ADP's. Mas eram também os museus mais, ou até muito mais, envolventes e dinâmicos do que a da situação do ICOMOS PT, como o revela a actividade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), que tinha sido criada em 17 de Setembro de 1965.

Segundo relata Maria Manuela Mota, em texto de balanço de quatro décadas da APOM (MOTA, 2005), que aqui seguimos e cuja disponibilização muito agradecemos a António Nabais, actual Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, a iniciativa da criação da Associação baseou-se no desejo de duas “jovens conservadoras” (Maria Helena Maia e Melo e Maria Manuela Soares de Oliveira), alentadas pelos “amigáveis passeios culturais pelo país e as sessões informais promovidas pelo Dr. João Couto, às 3as. Feiras no Museu Nacional de Arte Antiga”. Apresentada a ideia a Maria José de Mendonça (“a pessoa mais adequada para ponderar e dinamizar este sonho”), e deixado o processo à consideração hierárquica (o sentido da hierarquia e do seu respeito perpassa toda a narrativa), ela viria a ser adoptada numa dessas sessões de 3as feiras, “inspirada na sua congénere internacional, o ICOM”, passando-se depois à fase da formalização dos estatutos (“vencendo as muitas dificuldades que o governo punha à constituição de associações de profissionais”), que seriam publicados em “Diário do Governo” de 14 de Outubro de 1965, dois dias depois da eleição dos primeiros corpos gerentes: Mário Tavares Chicó, Presidente da Assembleia-Geral, e Maria José de Mendonça, Presidente da Direcção. Na mesma ocasião, “o Dr. João Couto ‘pela sua prestigiosa e exemplar obra de museólogo insigne e por todo o grande interesse com que acompanhou a constituição da APOM’ foi por unanimidade nomeado primeiro sócio honorário”.

Como se verifica, a génese da APOM situa-se no interior do núcleo mais elitista

dos museus portugueses nos anos de 1960. Isto a condiciona matricialmente, mas tem de ser visto em perspectiva, tanto em relação à época e ao meio social, como em relação ao estatuto da CNP do ICOM, que adiante abordaremos, o qual seria certamente de molde suscitar algum sentimento de orfandade por parte de “jovens conservadoras”. Pode, pois e não obstante o elitismo, dizer-se que a APOM surge com intenções “democratizantes”, nos limites em que o termo pode aqui ser usado. Prova disso é a procura de alargamento do campo da acção, onde se incluem “várias reuniões de debate e informação, visitas de estudo dentro e fora de Lisboa” e até “um seminário de âmbito nacional muito participado: Museus e Educação” (1967) – um encontro que revelava um caminho novo, mais dinâmico e mais inclusivo, que poderia ser seguido e do qual existem sinais pouco antes de 1974. Com efeito, em 13 de Janeiro de 1973 teve lugar um seminário sob o tema “Actividades e expansão da APOM”, no qual “estiveram presentes cerca de 50 sócios” e se constituíram grupos de trabalho para tratar de “a) elaboração de um ficheiro geral dos Museus, Coleções e Palácios Nacionais, b) elaboração de um programa de visitas guiadas para sócios, c) organização de exposições itinerantes e d) promoção da edição regular do Boletim APOM” (que viria a iniciar-se em “Abril desse ano e que se manteve durante 11 anos sem interrupção com uma periodicidade trimestral”).

“O 25 de Abril de 1974 trouxe, com as novas ideias, possibilidades mais amplas à Associação e também alguns obstáculos que foi necessário vencer” – diz, no texto que temos vindo a seguir, Maria Manuela Mota, eleita entretanto presidente da APOM, em Novembro desse ano, tendo pela frente dois “problemas magnos”: “a democratização da APOM (sua transformação em Sindicato que era então panaceia genérica) e a reformulação dos estatutos, a necessitar de actualização.”

E continuamos a citar a autora: “Foi promovida uma magna reunião debate, para se tratar do primeiro assunto, num grande pavilhão da Feira Popular, em Lisboa, incluindo todo o pessoal dos Museus, tendo o Norte comparecido em peso com estandartes e palavras de ordem. Foi uma reunião épica em que felizmente se gorou a ideia da transformação da APOM em sindicato já que este não servia os fins estatutários da mesma: estudo da museologia e dos domínios que e a enformam”.

Fechada a dimensão sindical (percebe-se nas entrelinhas também o alívio de ter vista ultrapassada a agitação e a abertura a “todo o pessoal dos museus”), mantendo uma dimensão de espaço de encontro e confraternização de conservadores e outros especialistas, muito seleccionados estes (principalmente “cientistas”, cuja sedução seria grande num meio dominado pelas humanidades...), dimensão algo restrita do ponto de vista cívico e herdada do elitismo inicial (“interessantíssimas visitas de estudo a numerosos museus e exposições e sítios arqueológicos do todo o país” e do estrangeiro; e “reuniões mensais de sócios para apresentação e debate de temas museológicos”), a APOM soube, no entanto, incorporar o espírito dos novos tempos através dos chamados *Colóquios da APOM*, de que o primeiro se realizou em Novembro de 1975, reunindo cerca de 120 participantes vindos de todo o País, sob o tema “propositadamente provocatório” de “Museus, para quê?”, aberto “às múltiplas opiniões do conceito de museus, à inserção deste na sociedade e à sua participação activa na vida das comunidades, fomentando uma ampla discussão.”

Nunca é demais salientar a importância que tiveram os *Colóquios da APOM* num

momento que bem se pode designar como a “idade de ouro” daquela Associação. O mero enunciado de temas, locais de realização e datas dá conta do dinamismo então havido: “Panorama Museológico Português: carências e potencialidades” (Porto, 1976), “Museus de Região” (Ponta Delgada, 1977), “Museus Universitários” (Coimbra, 1978), “A Carta Museológica” (Lisboa, 1979), “Museus e Informática” (Lamego, 1981), “Museus e Monumentos” (Évora, 1982), “Museus modernos: Conceitos e Contextos” (Sintra, 1985), “Museus e extensão cultural” (Faro, 1986), “A Escola vai ao Museu” (Lisboa, 1987), “Arquitectura de Museus” e “Formação profissional” (Aveiro, 1988). Na passagem da década de 1980 para a de 1990, dois Colóquios surgem como que a coroar todo o movimento anterior e marcam também, de certo modo, o seu epílogo: “Perspectivas para a década de 90” (Funchal, 1990) e “O Livro Branco dos Museus” (Viseu, 1991). Depois deles o relançamento da actividade da APOM será garantido a partir de meados dos anos de 1990, no seguimento da aprovação de novos estatutos, outorgados por escritura pública de 13 de Julho de 1994 – mas dessa fase não trataremos já no presente texto.

Para além dos Colóquios, a APOM desenvolveu também no período em apreço importante actividade no que respeita à promoção de “boas práticas” por parte dos museus e dos seus profissionais e à exigência de políticas de museus que servissem esses desideratos. Merecem especial referência quer a luta denodada de alguns dos seus membros (caso de Fernando Bragança Gil) em prol da formação superior em museologia (NABAIS, 2005), quer a participação formal da Associação nos sucessivos órgãos consultivos do Governo em matéria de política cultural e de museus.

Importa finalmente mencionar a organização em que os iniciais fundadores da APOM se dizem ter inspirado e a que, de resto, reconhecem ter recorrido amiúde, no sentido do apoio às suas actividades (como no caso dos convites a profissionais prestigiados estrangeiros, nomeadamente para participarem nos *Colóquios da APOM*). Falamos do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e mais concretamente da sua Comissão Nacional Portuguesa (CNP).

Indicámos já antes, a propósito da criação do ICOMOS, como o ICOM nasceu entre 1946 e 1947, ainda no ambiente do pós-guerra, com a missão de se constituir em “organização não-governamental” capaz de fornecer ao sistema das Nações Unidas, através da UNESCO, o sentimento dos profissionais e das próprias instituições, assim como da opinião pública em geral, relativamente quer às políticas de museus (a nível nacional e a nível internacional), quer ao comportamento deontológico dos seus profissionais. E é curioso notar a diferença que se estabeleceu quando pela primeira vez em ambos os casos houve diligências para que Portugal aderisse a estas novas instituições. Em relação aos monumentos e sítios (ICOMOS), o convite foi, como já vimos, dirigido ao departamento do Estado respectivo, a DGEMN. Quanto aos museus, é ao Director do Museu Nacional de Arte Antiga, João Couto, que em 1949 se solicita a atenção para o ICOM, na sequência da vontade do Comité Executivo central ver criados mais Comités Nacionais. Nesta dissemelhança, do tempo da ditadura, existe toda a diferença que separa monumentos e sítios de museus: os primeiros não têm em geral quem “fale por eles” nos próprios locais, sendo administrados na retaguarda, centralmente ou regionalmente; os segundos, possuem identidades e equipas próprias e tendem a ultrapassar os diferentes arranjos administrativos (e as amarras pessoais...)

em que se vai muitas vezes consumindo a governação corrente. Uma diferença tão básica que espanta como, passadas as décadas, não tenha ainda sido entendida por certos gestores do património, como aliás provam as reformas recentes do aparelho de Estado português nestes sectores.

As diligências acabadas de referir deram origem à constituição da primeira Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, por Portaria governamental de 2 de Maio de 1952, publicada no “Diário do Governo” de 7 de Maio seguinte, logo depois de Portaria que aprovava os estatutos e também nomeava a direcção da “Obra das Mães pela Educação Nacional”. Era assim o regime da chamada “democracia orgânica”: para quê eleições e outras minudências, esbanjadoras de dinheiros, dispersivas de vontades e incertas quanto aos resultados (podendo até abrir a porta a medíocres, demagogos ou, quem sabe, pior ainda, a agentes subversivos), se pelo Governo poderiam ser nomeados... os melhores, certamente (algo que as mais recentes composições dos órgãos consultivos do Governo em matéria de políticas do património cultural e dos museus reproduzem, ainda que mitigadamente, porque neles prevalece também a parte das inerências de cargo e das nomeações sobre a dos eleitos representativos de associações e segmentos sociais independentes).

Bem se pode dizer que no caso vertente foram escolhidos, senão “os melhores”, pelo menos os mais institucionais, num critério em que os museus parecem surgir ainda como que minorizados, colocados debaixo da tutela irradiante da universidade. Com efeito, sob direcção do Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (João Ferreira de Almeida), privilegiam-se os professores catedráticos ou equiparados, ainda que em certos casos directores de museus nas respectivas instituições (Damião Peres, João Silva Dias, Alberto Xavier Marques, Artur Ricardo Jorge, Mário Tavares Chicó Américo Pires de Lima). Vêm depois os directores dos Museus Nacionais: Arte Antiga (João Couto), Arte Contemporânea (Diogo de Macedo), Coches (Augusto Pinto) e Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos (Manuel Heleno). Há ainda lugar para o director do “museu do Regime”, Arte Popular (Francisco Laje) e para os responsáveis do Aquário Vasco da Gama (José Monteiro Guimarães), Jardim Zoológico de Lisboa (Fernando Viegas da Costa) e Conservatório Nacional (Ivo Cruz).

Mais tarde, em 16 de Fevereiro de 1962, nova Portaria altera a composição da CNP do ICOM, reduzindo-a consideravelmente, pela quase anulação da carga universitária e de instituições para-museais que, embora incluídas na definição do ICOM, não constituem verdadeiramente museus, na percepção portuguesa mais comum. Ou seja, passada a gravidade do primeiro acto fundador, normalmente dado ao pomposo, politicamente bem comportado e sociologicamente reverenciador da “velha senhora” (a Universidade), reconduz-se a CNP do ICOM ao âmbito do que verdadeiramente estava em causa: os museus. Assim, sob presidência do mesmo Director-Geral, os membros passam a ser (e a ordem não será talvez despidianda): Alberto Xavier Marques (professor da Universidade de Coimbra onde era director do Museu e Laboratório Antropológico), Manuel Heleno (director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos), Mário Chicó (director do Museu de Évora), João Couto (director do Museu Nacional de Arte Antiga), Augusto Cardoso Pinto (director do Museu Nacional dos Coches), Manuel Figueiredo (director do Museu Nacional Soares dos Reis) e António Gonçalves (director do Museu de Aveiro).

Ainda mais tarde, nova composição é estabelecida através de Portaria publicada no “Diário de Governo” de 25 de Julho de 1967. Sob a mesma presidência (o desempenho de altos cargos administrativos, como o de Director-Geral, era naqueles tempos longo... tão longo como a continuidade do Regime), estabelece-se nova composição onde começa a ser notória a emergência de um aparelho de Estado central na área dos museus, com alguma, embora tímida, ascendência sobre os museus propriamente ditos: o inspector superior de belas-artes (João Bairrão Oleiro), os directores dos museus Bocage (Germano Sacarrão), de Etnologia do Ultramar (António Jorge Dias), Nacional de Arqueologia e Etnologia (Fernando de Almeida), Nacional de Arte Antiga (Maria José de Mendonça), Grão Vasco (Fernando Russell Cortés), do Instituto José de Figueiredo (Abel de Moura) e pela primeira vez um mero “conservador dos museus, palácios e monumentos nacionais, que desempenhará as funções de secretário” (Carlos de Azevedo).

Como se vê não era certamente por não serem compostas pelos “melhores” e “mais representativos” que as CNP do ICOM antes de 1974 poderiam ser olhadas com suspeição. Antes pelo contrário. A sua aura institucional, e até o prestígio pessoal dos seus membros, eram de tal modo fortes que, em clima de “respeitinho é muito bonito”, se sentiu que melhor seria criar outra associação, mais ligada ao comum das gentes, por muito elitistas, ou distintas, que estas ainda também se considerassem ou de facto fossem. Assim surgiu a APOM, como procurámos indicar. A CNP do ICOM, em si, era isso mesmo: apenas uma comissão, de nomeação governamental. Pensar que fosse uma organização de base, detida pelos profissionais e pelos museus, com corpos gerentes eleitos democraticamente, seria assim como “pedir o impossível”. A democracia não morava cá, senão a orgânica. E num ambiente socialmente tão correcto como o dos museus, o servilismo, caro a uma certa maneira de ser português, especialmente no funcionalismo público, faria com que qualquer outro cenário estivesse fora de cogitação ou, no mais íntimo de cada um, fosse até considerado subversivo e por isso impróprio de “pessoas de bem”.

Tudo ia, pois, pacatamente fluindo em “português suave”. Repartiam-se os papéis político-sociais entre APOM e CNP do ICOM e o próprio ICOM central, em aplicação da sua *real politik*, não cuidava então de saber das bases democráticas dos seus comités nacionais. Como de resto ainda hoje o não faz, ou fá-lo de forma muito retraída, para não alienar países que ajudam a compor o seu belo número de mais de 120 comités nacionais – e isto apesar de mais de 80% dos seus mais de trinta e três mil membros individuais serem europeus, garantindo por isso amplamente à organização a matriz civilista e democrática, que proclamam em documentos doutrinários e piedosamente exigem em sucessivas assembleias-gerais ser por todos respeitada.

O vendaval que percorreu o País em 1974 depressa chegou à CNP do ICOM. Mas entrou de mansinho, apenas através de fresta aberta em pequena janela pouco arejada. Em 28 de Novembro de 1974 tem lugar uma “assembleia-geral” em que os participantes se poderiam contar pelos dedos das mãos... A intenção era “refundar” a CNP, democratizando-a nos termos dos estatutos gerais da organização. Deve a propósito notar-se que nunca antes de 1974 tinha sido possível instituir entre nós plenamente, de direito, o ICOM Portugal porque os respectivos estatutos deveriam seguir os da organização a nível mundial e tal se mostrava inconveniente, ou até

impossível (e para percebermos a realidade vigente basta recordar o que já antes assinalámos, citando Maria Manuela Mota, quanto à dificuldade em fazer aprovar os estatutos da APOM). Um grupo de trabalho *ad-hoc*, que também assegurou a mesa no início dos trabalhos (Carlos Azevedo, João Bairráo Oleiro e José Luís Porfírio), tinha preparado uma nova proposta de estatutos, induzida por sugestões recebidas das reuniões anuais havidas em Paris e do Comité Executivo central do ICOM. Elegeram-se novos corpos gerentes. Mas tudo se passou numa espécie de “baralhar e dar novo”, salvo talvez pela maior abertura a conservadores, alguns jovens, e não somente a directores de museus consagrados, como anteriormente. Maria José de Mendonça, é eleita presidente; Natália Correia Guedes, secretária; Maria Helena Mendes Pinto, tesoureira; João Bairráo Oleiro e Carlos Azevedo, vogais. No Conselho Fiscal, José Luís Porfírio. E na Assembleia-Geral deu-se o caso insólito de ser forçada segunda votação porque na primeira teria havido um voto para alguém que afinal não pertencia à CNP do ICOM, Adília Alarcão. Corrigido o lapso, elegeu-se Maria Teresa Gomes Ferreira.

O clima geral que se depreende da acta é o de um evidente continuismo, embora mais aberto, como já assinalámos, a conservadores e até a alunos tirocinantes de conservador, que se percebe terem sido induzidos a inscreverem-se no ICOM. Ao secretário da anterior CNP, nomeado em 1967 e ainda em funções, Carlos Azevedo, é exarado em acta um voto de louvor; e chega mesmo a dizer-se que o novo quadro societário, resulta (os mais incautos subentenderão que apenas) da demissão do anterior presidente – algo que afinal poderia ocorrer normalmente, em qualquer momento, sem que fosse preciso haver uma revolução democrática pelo meio. Os “tiques antigos” continuam presentes, mesmo quando se exprime a vontade de não desagradar ao novo Poder, ao qual se deveriam previamente dar a conhecer os estatutos, para verificar se estariam em conformidade com a lei (como se numa democracia esta não fosse apenas competência dos registos notariais, num primeiro instante, e dos tribunais, depois). Finalmente, reconhece-se que também o ICOM central tem de concordar com as transformações operadas.

Os estatutos emergentes desta “assembleia-geral” (bem diferente tanto do “plenário dos arqueólogos” como da “magna reunião debate” da APOM realizados no mesmo ano e já antes mencionados neste texto) viriam a ser formalizados através de escritura pública realizada em 20 de Maio de 1975, sendo outorgantes Maria José de Mendonça, Natália Correia Guedes e Maria Helena Mendes Pinto. Foram depois publicados no “Diário da República”, em 17 de Junho de 1975, e pela primeira vez fica estabelecido o princípio básico do ICOM, podendo portanto dizer-se que em bom rigor a fundação do ICOM Portugal data desta ocasião: “A Comissão Nacional é uma organização não-governamental que assegura a comunicação entre o ICOM e os seus membros, representa os interesses profissionais dos técnicos dos museus e contribui para o financiamento daquela organização internacional, bem como para a realização dos programas que visem um melhor conhecimento e utilização dos museus” (Artigo 2º).

Foram precisos sete meses para que, em 18 de Dezembro de 1975, se tivesse concretizado a eleição dos primeiros corpos gerentes. Na Mesa da Assembleia-Geral, Fernando Bragança Gil (presidente), Fernando Lanhas (vice-presidente), Maria José Taxinha e Maria Clementina Quaresma (secretárias). No Conselho Fiscal, Maria Alcina

Afonso dos Santos (presidente), Maria Adelaide Andrade Maia e Ana Paula Abrantes (vogais). Na Direcção, Maria Teresa Gomes Ferreira (presidente) Maria Fernanda Passos Leite (secretária), Sérgio Guimarães de Andrade (tesoureiro), Vítor Pavão dos Santos e Luís Manuel Teixeira (vogais). É extraordinária a renovação ocorrida, sendo ela geracional e sociológica. De toda a evidência, o tempo corria veloz e os treze meses que mediaram entre a aprovação inicial dos estatutos e estas eleições tinham provocado mudanças profundas. Sem rupturas pessoais, já se vê, que sempre seriam indesejáveis e alheias aos nossos “bons e brandos costumes”, especialmente num meio conservador dominado por conservadores. Mas torna-se óbvio que o mundo dos museus estava realmente a mudar, a tal ponto que até os “mais pequenos” e “periféricos” começavam a ser considerados.

Este último aspecto não é de somenos. Um dos principais e mais interessantes desenvolvimentos dos museus portugueses em Democracia foi a importância crescente dos museus municipais, iniciada ainda na década de 1970 com casos como o do Ecomuseu do Seixal (começado a organizar ainda em 1979 e formalmente inaugurado em 1982, museus e movimento associado que viriam a dar lugar aos Encontros “Museologia e Autarquias” (iniciados em 1990) e mesmo, uma década depois, à criação de uma Secção de Municípios com Museus, no seio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. No mesmo âmbito poderemos também situar a criação, em Lisboa, em 1985 e na sequência do II Ateliê Internacional da Nova Museologia (o 1º Ateliê tinha sido realizado um ano antes no Québec, dando origem à chamada “Declaração do Québec”), do Movimento para a Nova Museologia (MINOM), muito inspirado no início pela experiência dos ecomuseus e, em geral, do território e dos vínculos comunitários, como alternativas a um conceito de museu mais tradicional e elitista de museus, entendido como “templo das musas”.

Trata-se este de um percurso que, em boa verdade, começa a ganhar forma muito cedo, talvez quando (finais de 1975, inícios de 1976), Portugal solicitou à UNESCO aconselhamento para o sector dos museus, tendo o ICOM indicado Per-Uno Agren – um especialista sueco muito ligado a experiências de museologia local e regional, com forte conteúdo educativo (cf. CAMACHO, 2008 e VASCONCELOS, 2008). Desta Missão UNESCO, como ficou conhecida, resultaram três deslocações ao nosso País entre 1976 e 1979, concretizadas em visitas aos museus portugueses (cerca de 50 foram visitados), em particular aos museus locais, e cursos de formação descentralizados, em que participaram mais de uma centena de pessoas (AGREN, 2002). Embora as recomendações constantes do relatório que Agren redigiu no término da Missão não tivessem tido na altura seguimento por parte do governo português, inspiraram algumas das medidas tomadas pelo IPPC no início dos anos oitenta, na elaboração do Plano Museológico Nacional, que, contudo, vieram a ser interrompidas. Muitos anos mais tarde, já em 2000, quando foi delineada a Rede Portuguesa de Museus, as propostas de Per-Uno Agren de 1979 para a criação de uma rede de museus em Portugal revelaram toda a sua actualidade (CAMACHO *et al.*, 2001).

Dependendo embora das conjunturas governativas, na sua maior ou menor capacidade de intervenção, o ICOM Portugal pode dizer-se que a partir da sua (re) fundação em 1975 ganhou nova dimensão, que foi especialmente acentuada na década de 1980. Natália Correia Guedes documenta-o em texto de balanço (GUEDES, 2009)

onde se constata intensa actividade nacional e também internacional, expressa neste caso através de “cinco Encontros de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, dois Encontros das Comissões de Portugal e de Espanha e organização de uma exposição itinerante, sobre ‘Museus Portugueses’, destinada aos Países lusófonos.” Vale a pena reter a seguinte passagem deste estudo, pelo que traduz do reconhecimento do papel associativo na criação do novo quadro institucional que vai dar início àquilo que nós mesmos e outros autores temos chamado de “revolução silenciosa” nos museus: “Convém aqui recordar – diz Natália Correia Guedes – que a CNP [do ICOM] esteve decisivamente ligada à criação do IPM [Instituto Português dos Museus]; de facto, integrada num dos mais importantes objectivos que se propusera levar a bom termo, a dignificação da profissão, a CNP em 1987, conjuntamente com a Direcção da APOM, liderou o processo de criação do Instituto Português de Museus, reivindicando para tutela administrativa e técnica dos Museus da Secretaria de Estado da Cultura, a criação de um organismo idêntico aos que tinham sido criados para as Bibliotecas (Instituto Português do Livro e da Leitura) e para os Arquivos (Instituto Português de Arquivos). O Instituto Português de Museus seria criado três anos depois pelo Decreto lei 278/91 de 9 de Agosto, sendo então Sub-Secretária de Estado da Cultura a autora destas linhas.” Assim se iniciava uma trajectória que mais tarde haveria de passar, sucessivamente, pela inicial formalização do conceito de Rede Portuguesa de Museus em lei orgânica do IPM (1997: “A Rede Portuguesa de Museus será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Estado, a autarquias ou a outras pessoas colectivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies de reconhecido valor e interesse”, Artº 4º do Decreto lei nº 161/97, de 26 de Junho), pela criação da estrutura de missão da Rede Portuguesa de Museus (2000), pela nova Lei de Bases do Património Cultural Português (2001), pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004) e pelo Instituto dos Museus e da Conservação (2007). E por muito que todo esse quadro esteja actualmente em acelerado refluxo, nunca é demais recordar como os seus fundamentos estão ancorados no novo ambiente social emergente da Revolução de Abril, que também atingiu os museus, embora diversamente do que outros domínios patrimoniais.

Em síntese poderíamos resumir como segue a situação do associativismo patrimonial à data de Abril de 1974.

A arqueologia continuava a ser principalmente um campo “mal-amado” por todos os poderes (do aparelho de Estado, das universidades e dos próprios “círculos sociais”). Era, além disso, um sector amplamente dominado por amadores e que nem sequer possuía graduação ou especialização superior próprias. Tal como os estudos de ciência naturais em finais do século XIX podia até ser simpaticamente acarinhado, mas no fundo era somente tolerado pela *intelligentzia* instituída. O regime do Estado Novo, contrariamente a outros seus afins, nunca tinha entendido ser útil procurar na arqueologia os alicerces da Nação (e na única vez em que o fez, em Aljubarrota, através do Tenente-Coronel Afonso do Paço, pode-se dizer que lhe “saiu o tiro pela culatra”). Visto à distância das décadas, nem sequer foi mau este alheamento, porque permitia à arqueologia possuir vitalidade própria, cativando para si basto número daqueles que, “não tendo nada a perder” (jovens sobretudo), sentiam encontrar nela um genuíno campo de exercício histórico e de libertação pessoal. Foi por isso porventura o domínio

que melhor se adaptou, e mesmo incorporou, os valores abrilistas.

O património arquitectónico e artístico, pelo contrário, representava um domínio solidamente instituído, constituindo inclusive um dos eixos centrais da “política de espírito” do Estado Novo, na vertente celebratória dos “monumentos pátrios”. Os seus profissionais, arquitectos e engenheiros, ou académicos conceituados, encontravam amplo reconhecimento social. Pode, pois, dizer-se, sem prejuízo de iniciativas de grande mérito empreendidas pelos tradicionais agentes da arquitectura, dentro e as mais da vezes fora das instituições do Regime (como foi o levantamento da *Arquitectura Popular em Portugal*, publicado em 1961), os valores abrilistas estiveram aqui muito mais do lado de “agitadores” com formação em humanidades, que cedo se aperceberam e lograram acompanhar, ou mesmo impulsionar, um movimento de raiz genuinamente popular, como foi o das ADP’s – do qual estiveram alheias as mais tradicionais associações do sector, fossem elas académicas, científicas ou até profissionais.

Os museus, enfim, estavam como que a meio caminho. Possuíam algumas das características do estatuto próprio de *outsiders*, sem real reconhecimento profissional – o que lhes poderia proporcionar liberdade criativa. Mas conferiam *panache* e eram ainda muito dominados por elites efectiva ou saudosamente aristocráticas, que em si mesmo instituíam um papel de “guardiães dos templos”, avessas por isso a tudo o que fosse agitação e populaça. Animadas de bons propósitos, e de espírito escutista quanto baste, tais elites puderam, antes e depois de 1974, promover a realização de iniciativas muito meritórias, destacando-se o papel da APOM. Mas foi preciso que a sociedade portuguesa, ela própria, evoluísse e incorporasse valores democráticos e de qualidade de vida, sobretudo no plano local, para que os museus realmente operassem a “revolução silenciosa” por que passaram nas últimas décadas. A história da CNP do ICOM é neste contexto particularmente iluminante, quer pelo que nos revela do “antes” (nomeações governamentais, em lugar de eleições democráticas), como do imediatamente “depois” de 1974 (eleição sensivelmente dos mesmos, em círculo fechado de poucos participantes, quase se diria com receio que “o poder caísse na rua”, para usar a célebre frase de Marcello Caetano no momento da transferência de poder para a Junta d Salvação Nacional, na pessoa do General António de Spínola). E basta pensar naquilo que o ICOM Portugal é hoje, com as suas centenas de membros individuais e dezenas de museus, com a sua profunda democraticidade interna, com a sua reconhecida intervenção profissional e cívica, tanto no plano nacional como no plano internacional, para vermos o quanto o mundo dos museus portugueses evoluiu, num caminho que seria impossível percorrer sem “as portas que Abril abriu”.

Bibliografia

AGREN, Per-Uno (2002) – “Reflexões sobre a rede Portuguesa de Museus”, *Actas do fórum internacional de museus*, pp.17-24, ed. IPM/RPM, Lisboa.

CAMACHO, Clara; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; e MONTEIRO, Joana S. (2001) – *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*. Ed. IPM e RPMs, Lisboa.

CAMACHO, Clara (2008) – “In Memoriam Peter-Uno Agren – Testemunho”, *Informação ICOM PT*, 2ª Série, nº 2, Lisboa (disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-2_set-nov08.pdf).

CANAVARRO, Pedro (2003) – “25 anos depois, continuar a ‘Inventar em

Conjunto'”, *Associativismo e Património*, pp. 119-126, ed. Fundação Passos Canavarro, Santarém.

CANINAS, João C. (2010) – “Associativismo e defesa do património (1980-2010)”. *100 Anos de Património. Memória e Identidade*. Ed. IGESPAR, pp. 281-294, Lisboa.

CORREIA, Miguel B. (2007) – *História da Comissão Nacional Portuguesa - ICOMOS* (disponível em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/historia%20icomos%20portugal.pdf>).

CUSTÓDIO, Jorge e RASQUILHO, Rui (2010) – “Campanha Nacional para a Defesa do Património: hora de mudança”. *100 Anos de Património. Memória e Identidade*. Ed. IGESPAR, pp. 295-302, Lisboa.

GUEDES, Natália C. (1988) – *Listagem de bibliografia museológica em língua portuguesa* (disponível em <http://www.icom-portugal.org/multimedia/icom.pdf>).

GUEDES, Natália C. (2009) – *Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM. 15 anos de actividade, 1986-2001* (disponível em <http://www.google.pt/url?url=http://www.icom-portugal.org/multimedia/Historia%2520ICOM%252019862001%2520Guedes.pdf&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=GKiqU62AJSf0QWypYCCQ&ved=0CBMQFjAA&usq=AFOjCNGjbeHQClozSVcZUvN8TVg3onlRzg>).

MOTA, M. Manuela S. O. (2005) – *APOM – 40 anos* (texto original disponibilizado por António Nabais).

NABAIS, António (2005) – “Fernando Bragança Gil: Um percurso na APOM”, *Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, coord. de A. C. da Silva e A. Semedo, ed. Universidade do Porto, pp. 11-19, Porto (disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id021id1300&sum=sim>).

RAPOSO, Luís (1993) – “A estrutura administrativa do Estado e o património cultural”, *Vértice*, nº 54, pp. 38-45, Maio-Junho de 1993, Lisboa.

RAPOSO, Luís (1995) – “Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um conselho superior de arqueologia”, *Revista de Guimarães*, n.º 105, 1995, pp. 63-97, ed. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães (disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_05.pdf).

RAPOSO, Luís (2014) – “O 25 de Abril e a (re)invenção do património cultural português”, *Público*, 24.4.2014, p. 47, Lisboa.

VASCONCELOS, Maria J. (2008) – “In Memoriam Peter-Uno Agren – Testemunho”, *Informação ICOM PT*, 2ª Série, nº 2, Lisboa (disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-2_set-nov08.pdf).